

## Para um discurso crítico sobre a situação dos professores

---

Para José Gil a drástica política economicista (deste governo) impede de pensar a alma, esse arcaísmo que passará em breve para a secção dos supranumerários (VISÃO, 29/06/06). Falta, como também refere, uma visão que articule as diversas políticas sectoriais segundo uma linha coerente e consistente com o objectivo de criar novas condições de subjectivação do homem Português. A deificação da globalização, que subvaloriza as suas desvantagens, e as respostas neoliberais face à mundialização, têm deixado os cidadãos com fracos argumentos em relação às políticas e aos discursos utilizados pelo poder. Fragilizaram-se algumas das nossas importantes referências e condutas colectivas, enquanto se foram ampliando as ideologias, as práticas e os discursos neoliberais. Persiste agora, como refere Bourdieu (1998), a ideia de que não há alternativa às ? óbvias e sustentáveis ` perspectivas neoliberais, assentes no crescimento, na produtividade e na competição. E essas vão sendo impostas como as únicas e últimas finalidades das acções humanas. Aqueles discursos tornaram-se dominantes com os argumentos de crescimento económico, de avanço da democracia, da justiça social e da igualdade. Apesar das crescentes contradições entre o discurso e a realidade, têm sido escassas as abordagens sociais críticas dos processos político e social que vão forçando consensualidades, cercando os direitos dos cidadão e a natureza da própria democracia. E, para isso, não faltam incidências de análise. Parece mesmo não haver vida para além do orçamento! Como têm sido considerados os evocados objectivos neoliberais de justiça e de igualdade? Os bens sociais essenciais - saúde, habitação, trabalho e educação ? vão sendo vistos, cada vez mais, como privilégios e menos como direitos. O controlo neoliberal através do discurso tem vindo a reduzir algumas oposições às suas políticas e adulterar o significado de conceitos estruturantes da democracia. As decisões são, cada vez mais, determinadas pelas escolhas individuais definidas por uma lógica de mercado, adulterando o sentido do próprio conceito de escolha, de liberdade, de representação em democracia e de igualdade de oportunidades. Sendo a escolha mercantilista a pedra de toque do neoliberalismo, as responsabilidades pelos seus insucessos políticos, económicos e sociais são transferido para a esfera individual com argumentos de falta de iniciativa e de competitividade. Assim é também no domínio da educação. Aí, os professores têm sido apontados como os principais culpados dos males do sistema. A regra neoliberal tem sido, por isso, a sua penalização. No entanto, não parece que haja investimentos na fundamentação sistemática de um discurso crítico que explique a situação dos professores em Portugal e desmonte o discurso culpabilizante usado pelo poder. E é indispensável fazê-lo. Se a partir dos anos 60 e 70 do século passado, as perspectivas sociológicas e antropológicas críticas, centradas na condição desigual dos alunos na escola, ganharam terreno, parece ser tempo de tais perspectivas conhecerem avanços mais significativos no domínio da condição dos professores. Uma sem a outra não terão oportunidade de sucesso, porque, como José Gil questiona: Que jovens portugueses sairão das escolas modeladas por professores deprimidos, abatidos, desinvestidos? Que cidadão futuro se procura suscitar com a reforma da Justiça e da Saúde, para que novas práticas de cidadania?